

## CADERNO DE ENCARGOS

### AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA NO PERÍODO DE 24 MESES

#### ÍNDICE

<b>PARTE I.....</b>	<b>3</b>
<b>CLÁUSULAS JURÍDICAS.....</b>	<b>3</b>
Cláusula 1ª – Objeto .....	3
Cláusula 2ª – Contrato .....	3
Cláusula 3ª – Prazo do contrato .....	4
Cláusula 4ª - Obrigações principais do adjudicatário.....	4
Cláusula 5ª – Forma da Prestação do Serviço.....	5
Cláusula 6ª – Local da Prestação do Serviço.....	5
Cláusula 7ª - Seguros .....	5
Cláusula 8.ª - Dever de sigilo.....	6
Cláusula 9.ª - Prazo do dever de sigilo.....	6
Cláusula 10.ª - Preço contratual .....	6
Cláusula 11ª - Revisão de Preços.....	7
Cláusula 12ª - Condições de Pagamento .....	7
Cláusula 13ª –Caução .....	7
Cláusula 14.ª - Penalidades contratuais.....	7
Cláusula 15.ª - Força Maior.....	7
Cláusula 16ª - Resolução por parte da Câmara Municipal.....	8
Cláusula 17ª - Resolução por parte do adjudicatário.....	9
Cláusula 18.ª - Foro competente .....	9
Cláusula 19.ª - Subcontratação e cessão da posição contratual.....	9
Cláusula 20.ª - Comunicações e notificações .....	9
Cláusula 21ª - Contagem de prazos .....	10
Cláusula 22.ª – Gestor do contrato .....	10
Cláusula 23ª - Legislação aplicável.....	11
Cláusula 24ª - Proteção de dados pessoais .....	11
<b>PARTE II.....</b>	<b>13</b>

<b>CLÁUSULAS TÉCNICAS .....</b>	<b>13</b>
---------------------------------	-----------

## PARTE I

### CLÁUSULAS JURÍDICAS

#### *Cláusula 1ª – Objeto*

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a “**AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA NO PERÍODO 24 MESES**”.
2. Pretende-se contratar serviço de vigilância pelos seguintes equipamentos afetos à Câmara Municipal e Beja:
  - Edifício Paços do Concelho
  - Edifício Administrativo do Parque de Feiras e Exposições
  - Parque de Materiais
  - Parque de Campismo
  - Parques de Estacionamento Subterrâneos da Av. Miguel Fernandes e Casa da Cultura
  - Biblioteca Municipal de Beja - José Saramago
  - Zona de apoio de Praia concessionada no Parque Fluvial de Cinco Reis
  - Centro de Arqueologia e Artes
  - Eventos
  - Residência de Estudantes – Palácio dos Maldonados
  - Escola Básica de Santa Maria
  - Antiga Escola nº 5 – Rua de Angola nº5
  - Jardim Público
  - Mercado Municipal
  - Outros

#### *Cláusula 2ª – Contrato*

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
  - c) O presente Caderno de Encargos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do artigo 101º desse mesmo diploma legal.

#### ***Cláusula 3ª – Prazo do contrato***

- 1. O contrato mantém-se em vigor de 24 meses (vinte e quatro) ou até ser atingido o número máximo de horas contratadas, durante esse prazo, o preço contratual, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
- 2. O prazo de vigência estipulado no ponto anterior, perspectiva-se a ocorrer em outubro de 2025, mas nunca antes da data de Visto do Tribunal de Contas.
- 3. No caso de se verificarem atrasos injustificados, imputáveis ao adjudicatário, este é obrigado, a expensas suas, a tomar todas as medidas de reforço de meios de acção e de reorganização necessárias à recuperação dos atrasos e ao cumprimento do prazo de execução.

#### ***Cláusula 4ª - Obrigações principais do adjudicatário***

- 1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, o adjudicatário obriga-se, designadamente a:
  - a) Realizar a prestação de serviços nos termos e nas condições previstas nas Especificações Técnicas definidas na Parte II do presente Caderno de Encargos;
  - b) Obrigação de desenvolver em parceria com a Câmara Municipal de Beja (CMB) todo o plano de acção proposto e aceite pela CMB;



- c) Comunicar antecipadamente os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação de serviços objeto do procedimento ou o cumprimento de qualquer outra das obrigações nos termos do contrato celebrado;
  - d) Obrigação de cumprir todos os requisitos legais para a boa execução da prestação de serviços;
  - e) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para a prestação de serviço, a sua situação jurídica e o seu registo comercial.
  - f) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessárias para o cumprimento das obrigações assumidas no contrato;
2. Recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à aquisição do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

#### ***Cláusula 5ª – Forma da Prestação do Serviço***

1. Para o acompanhamento da execução do contrato, o adjudicatário fica obrigado a manter, sempre que necessário, reuniões de coordenação com representantes do Município de Beja, das quais deve ser lavrada ata a assinar por todos os intervenientes da reunião.
2. As reuniões previstas no número anterior devem ser efetuadas mediante prévia convocação escrita, a qual deve conter os pontos fundamentais a tratar com, pelo menos, 10 (dez) dias úteis de antecedência.

#### ***Cláusula 6ª – Local da Prestação do Serviço***

1. A aquisição de serviços objeto do presente contrato, devem ser prestados nos locais de acordo com o indicado nas cláusulas técnicas.
2. O adjudicatário obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens objeto do contrato, todos os documentos em língua portuguesa, que sejam necessários para a boa e integral utilização.

#### ***Cláusula 7ª - Seguros***

1. É da responsabilidade do adjudicatário a cobertura de risco através de contratos de seguro atualizados e devidos por lei, designadamente contra acidentes de trabalho e responsabilidade civil contra danos provocados à entidade adjudicante ou terceiros.

2. A entidade adjudicante pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o adjudicatário fornecê-la no prazo de 10 dias.

***Cláusula 8.ª - Dever de sigilo***

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Câmara Municipal, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este legalmente fosse obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido das autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

***Cláusula 9.ª - Prazo do dever de sigilo***

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 3 anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

***Cláusula 10.ª - Preço contratual***

1. Pela aquisição dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Câmara Municipal deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada.
2. Só serão contabilizadas, faturadas e pagas as horas efetivamente consumidas.
3. Ao valor apurado nos termos do número anterior, será acrescido IVA à taxa legal em vigor.
4. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Câmara Municipal, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

### ***Cláusula 11ª - Revisão de Preços***

O valor contratual é fixo e não sujeito a revisão de preços.

### ***Cláusula 12ª - Condições de Pagamento***

1. As quantias devidas pela Câmara Municipal, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 60 dias após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Em caso de discordância por parte da Câmara Municipal, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o adjudicatário obrigado a prestar esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
3. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária.
4. Deve fazer parte do descritivo das faturas, o respetivo compromisso orçamental, a sua omissão incorre na devolução da fatura.

### ***Cláusula 13ª – Caução***

A caução destina-se a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais.

### ***Cláusula 14.ª - Penalidades contratuais***

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Câmara Municipal pode exigir do adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento.
2. Na determinação da gravidade do incumprimento, a Câmara Municipal terá em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as sequências do incumprimento.

### ***Cláusula 15.ª - Força Maior***

1. Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual dos fornecimentos contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não



pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagem, greves, embargos ou bloqueios internacionais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
  - a. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratos do fornecedor, na parte em que intervenham;
  - b. Greves ou conflitos laborais limitados à sociedade do fornecedor ou grupo de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - c. Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de forma resultante do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - d. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou incumprimento das normas de segurança;
  - e. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
  - f. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
  - g. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

#### ***Cláusula 16ª - Resolução por parte da Câmara Municipal***

Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a Câmara Municipal pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, nomeadamente nos seguintes casos:

- a. Atraso, total ou parcial, na entrega dos serviços objeto do contrato.



- b. A falta de cumprimento, pelo adjudicatário, das condições de adjudicação implicará a rescisão do respetivo contrato e o adjudicatário não terá direito a qualquer indemnização.
- c. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário.

***Cláusula 17.ª - Resolução por parte do adjudicatário***

O adjudicatário pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332.º do CCP.

***Cláusula 18.ª - Foro competente***

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo e fiscal do círculo de Beja, com expressa renúncia a qualquer outro.

***Cláusula 19.ª - Subcontratação e cessão da posição contratual***

- 1. A subcontratação pelo adjudicatário e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra.
- 2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, incumbe ao adjudicatário a exata e pontual execução das prestações contratuais, em cumprimento do convencionado, não podendo este transmitir a terceiros as responsabilidades assumidas perante o contraente público.

***Cláusula 20.ª - Comunicações e notificações***

- 1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
- 2. Qualquer alteração das informações de contacto constante do contrato deve ser comunicada à outra parte.
- 3. As partes estão vinculadas pelo dever da colaboração mútua, designadamente no tocante à prestação recíproca de informações necessárias à boa execução do contrato.
- 4. Quaisquer notificações e comunicações a efetuar entre as partes, nos termos do contrato ou da Lei aplicável, podem ser efetuadas por entrega pessoal aos representantes designados por cada uma das partes, por carta registada com aviso de receção, ou por correio eletrónico com aviso de entrega.

5. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte, no prazo máximo de 5 (cinco) dias após se ter verificada esta situação.

***Cláusula 21ª - Contagem de prazos***

Os prazos são contínuos, correndo sábados, domingos e feriados.

***Cláusula 22.ª – Gestor do contrato***

1. Para efeitos do disposto no artigo 290.º - A do Código dos Contratos Públicos é designado como gestores do contrato por serviços:

- **Dr. João Machado**, na qualidade de Chefe de Divisão Administrativa e Financeira (DAF)  
A - Edifício Paços do Concelho  
L - Antiga Escola nº 5 – Rua de Angola nº 5
- **Eng.º Paulo Luis**, na qualidade de Chefe de Divisão de Serviços Operacionais (DSO)  
C - Parque de Materiais
- **Dr.ª Maria João Macedo**, na qualidade de Chefe de Divisão da Cultura e Património  
B - Edifício Administrativo do Parque de Feiras e Exposições  
G - Zona de Apoio de Praia concessionada no Parque Fluvial de Cinco Reis  
D - Parque de Campismo  
H - Centro de Arqueologia e Artes  
Eventos
- **Eng.ª Goreti Margalha**, na qualidade de  
E- Parques Estacionamento Subterrâneos da Avenida Miguel Fernandes e  
Casa da Cultura
- **Dra. Florbela Fernandes** na qualidade de Chefe Divisão Cultura  
F - Biblioteca Municipal de Beja / José Saramago
- **Eng.ª Rita Paiva**, na qualidade de Chefe de Divisão de Ambiente e Sustentabilidade  
M – Mercado Municipal  
N – Jardim Publico
- **Dr. José Miguel**, na qualidade de Chefe de Serviço de Educação  
J – Residência de estudantes – Palácio dos Maldonados

K – Escola Básica de Santa Maria

2. Para efeitos da concretização dos poderes de direção e fiscalização do modo de execução do contrato a Câmara Municipal delega as seguintes competências no Gestor do Contrato:

- a) A competência para a emissão de ordens, diretivas ou instruções, bem como para proceder à notificação prevista no artigo 325º, nº 1 do CCP para que o adjudicatário cumpra, em prazo fixado para o efeito, todas as obrigações emergentes do contrato, a quem o adjudicatário fica obrigado a prestar toda a colaboração que se mostrar necessária e toda a informação que lhe seja solicitada.
  - b) A competência para decidir sobre a verificação da existência de uma impossibilidade temporária de cumprimento do contrato que determina a suspensão do prazo (nos termos do disposto no artigo 297º do CCP) e sobre o respetivo recomeço logo que cessem as causas que determinaram a suspensão (nos termos do disposto no artigo 298º do CCP).
3. O Gestor do Contrato, no exercício das funções de fiscalização será responsável pela medição e a avaliação dos níveis de serviço exigidos de acordo com as cláusulas 4ª a 8ª do presente Caderno de Encargos.

***Cláusula 23ª - Legislação aplicável***

Em tudo o não especialmente previsto no presente caderno de encargos, aplicar-se-á o Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua atual redação e a legislação subsidiária.

***Cláusula 24ª - Proteção de dados pessoais***

1. Em cumprimento do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, Regulamento (UE) 2016/679 (RGPD) e tendo ainda em conta o Regulamento nº 1/2018 da Comissão Nacional de Proteção de Dados, referente à lista de tratamentos de dados pessoais sujeitos a Avaliação de Impacto sobre a Proteção de Dados (AIPD), constituem obrigações do adjudicatário, designadamente:
  - a) Utilizar os dados pessoais, objeto do tratamento, exclusivamente para as finalidades previstas no contrato, não podendo em caso algum utilizá-los com finalidades distintas daquelas para as quais foram recolhidos.



- b) Dar cumprimento às instruções que possam, no âmbito da execução do contrato, ser emitidas pela entidade adjudicante, enquanto responsável pelo tratamento, para tratamento dos dados pessoais.
  - c) Efetuar um registo de todas as atividades de tratamento de dados pessoais, efetuados no âmbito do contrato, que contenha:
    - i. A descrição geral das medidas técnicas e organizativas de segurança;
    - ii. A pseudonimização e a cifragem dos dados pessoais;
    - iii. A capacidade de assegurar a confidencialidade, integridade, disponibilidade e resiliência permanente dos serviços de tratamento;
    - iv. A capacidade de assegurar a disponibilidade e acesso aos dados pessoais de forma rápida, em caso de incidente;
    - v. Ter um processo para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia das medidas técnicas e organizativas para garantir a segurança do tratamento.
  - d) Designar um Encarregado de Proteção de Dados e comunicar à Câmara Municipal a sua identidade e contactos, quando for obrigatória a sua designação nos termos do RGPD;
  - e) Não partilhar os dados pessoais com terceiros, exceto no caso de autorização expressa da entidade adjudicante, ou decorrente de obrigação legal;
  - f) Manter sigilo referente aos dados pessoais a que tenha acesso no âmbito do contrato;
  - g) Apoiar a entidade adjudicante na resposta aos pedidos dos titulares dos dados tendo em vista o exercício dos direitos de acesso, retificação, limitação, oposição, apagamento e portabilidade.
2. Cada uma das partes obriga-se a notificar a respetiva contraparte de forma imediata, e em qualquer circunstância antes do prazo de 72 horas, por escrito e preferencialmente através de correio eletrónico, das violações de segurança ocorridas no âmbito do contrato.
3. Para o efeito do disposto no número anterior deve anexar-se toda a informação relevante, designadamente a descrição da natureza da violação de segurança, bem como a descrição das possíveis consequências da mesma e ainda das medidas adotadas para resolver a situação.



4. Findo o presente contrato, o adjudicatário tem a obrigação de eliminar os dados pessoais que tenham sido objeto de tratamento no âmbito do mesmo, bem como eliminar quaisquer outras cópias existentes, devendo para o efeito enviar um comprovativo para a Câmara Municipal de Beja.

## PARTE II

### CLÁUSULAS TÉCNICAS

#### Os Serviços de Vigilância e Segurança Humana Locais e forma de prestação de serviços:

##### A - Edifício Paços do Concelho

Serviço base:

- ✓ Todos os dias úteis entre as 08,30h e as 18,30h.

Mais se informa que o vigilante deverá ter como funções:

- Controlar os acessos de utilizadores ao edifício e serviços;
- Supervisionar o encerramento de cada um dos serviços abertos de atendimento público, sempre em colaboração e de acordo com as indicações dos técnicos de cada um dos serviços dos Paços do Concelho.
- Após o encerramento ao público, percorrer todos os espaços de estar e de circulação, salas de trabalho e WC (internos e públicos) em todos os pisos do edifício, de modo a garantir que não se encontra nenhum utilizador externo no interior do edifício, que todas as luzes se encontram encerradas, que o contador de água se encontra fechado e que todas as portas de acesso ao exterior ficam fechadas à chave, salvo presença de funcionários da autarquia;
- A empresa deverá reportar em relatório semanal as ocorrências identificadas pelo vigilante:
  - Potenciais e reais anomalias dos equipamentos que ponham em risco a segurança de pessoas e bens;
  - Potenciais e reais comportamentos que ponham em risco a segurança de pessoas e bens.

## **B - Edifício Administrativo do Parque de Feiras e Exposições**

Serviço base:

- ✓ Todos os dias úteis entre as 08,30h e as 18,30h.

Mais se informa que o vigilante deverá ter como funções:

- Controlar os acessos de utilizadores ao edifício e serviços;
- Supervisionar o encerramento de cada um dos serviços existentes no edifício, sempre em colaboração e de acordo com as indicações dos técnicos de cada um dos serviços;
- Após o encerramento ao público, percorrer todos os espaços de estar e de circulação, salas de trabalho e WC (internos e públicos) em todos os pisos do edifício, de modo a garantir que não se encontra nenhum utilizador externo no interior do edifício, que todas as luzes se encontram encerradas e que todas as portas de acesso ao exterior ficam fechadas à chave, salvo presença de funcionários da autarquia;
- A empresa deverá reportar em relatório semanal as ocorrências identificadas pelo vigilante:
  - Potenciais e reais anomalias dos equipamentos que ponham em risco a segurança de pessoas e bens;
  - Potenciais e reais comportamentos que ponham em risco a segurança de pessoas e bens.

## **C - Parque de Materiais**

Serviço base:

- ✓ Todos os dias úteis entre as 18,00h e as 06,00h.
- ✓ Fins-de-semana e feriados, 24,00h/dia.
- ✓ 8 dias de tolerância de ponto, 24,00h/dia (para contrato de 2 anos, ou seja, 4 dias por ano)

O fornecedor terá de garantir a vigilância do espaço identificado à sua guarda, incluindo os seguintes serviços:

- ✓ Fazer controlo das guias de saída de viaturas do Parque de Materiais.

- ✓ Fazer monitorização do sistema de videovigilância.
- ✓ Elaboração de relatórios diários entregue na secretaria do Parque, com indicação de todas as situações anormais ocorridas.
- ✓ Salvar que a cancela de acesso ao parque se mantenha sempre encerrada, estando somente o vigilante autorizado à sua abertura.

#### **D - Parque de Campismo**

Serviço base:

- ✓ Todos os dias das 20,00h às 8,00h.
- ✓ Serviço de receção das 20h às 23h;
- ✓ Realização de 3 rondas, em horas diferentes em cada noite, pelo equipamento e em seu redor (Flávio dos Santos, Piscina Descoberta);
- ✓ Encerramento (23h) e abertura (8h) do portão do parque de campismo;
- ✓ Outros serviços necessário à manutenção e salvaguarda da segurança do equipamento e dos campistas.
- ✓ A empresa deverá reportar em relatório semanal as ocorrências identificadas pelo vigilante:
  - Potenciais e reais anomalias dos equipamentos que ponham em risco a segurança de pessoas e bens;
  - Potenciais e reais comportamentos que ponham em risco a segurança de pessoas e bens.

#### **E- Parques Estacionamento Subterrâneos da Avenida Miguel Fernandes e Casa da Cultura**

Serviço base para ambos os parques:

- ✓ Intervenções ilimitadas no período de 24 sob 24h em ambos os parques de estacionamento;
- ✓ Sábados das 8,00h às 15,00h, segurança permanente, incluindo a abertura e fecho dos portões de acesso ao parque;

- ✓ Dias úteis, das 20,00h às 24,00h e das 0,00h às 8,00h, o serviço ser assegurado por chamada telefónica com deslocação ao local sempre que necessário, inclui chamadas de utentes, do sistema de alarme de incêndios, do elevador, ou qualquer ocorrência que possa surgir durante este período. Deve ser indicado o número de telefone que fica disponível para este efeito e qual o tempo entre a chamada e o atendimento, e qual o tempo de deslocação entre o recebimento da chamada e a chegada a cada um dos locais, parque de estacionamento subterrâneo da AV<sup>a</sup> Miguel Fernandes e da Casa da Cultura;
- ✓ Feriados, domingos e tolerâncias de ponto, durante todo o dia (00,00h às 24,00h), o serviço ser assegurado por chamada telefónica e deslocação ao local sempre que necessário;
- ✓ Sábados das 15,00h às 24,00h, o serviço ser assegurado por chamada telefónica com deslocação ao local sempre que necessário.

Garantir o atendimento por chamada automática em caso de alarme de incêndio e comunicar às Entidades Competentes.

O trabalho inclui a abertura de portões e o fecho de portões quando necessário através de ocorrências justificadas por chamada telefónica e em dias em que os horários coincidem com a abertura e fecho do parque de estacionamento. Todas as ocorrências que originam deslocação ao local, no horário em que os portões estejam abertos ou fechados têm, obrigatoriamente, que ser comunicadas ao Gabinete de Gestão de Mobilidade da Câmara Municipal de Beja no final de cada mês.

#### **F - Biblioteca Municipal de Beja / José Saramago**

Serviço base:

- De 2<sup>a</sup> feira a 6<sup>a</sup> feira no período das 16,00h às 22h30h
- Ao sábado no período das 14,00h às 20,30h

Ajustamento do horário no horário de Verão (agosto) e no horário de dezembro (15 a 31) da Biblioteca:

- De 2<sup>a</sup> feira a 6<sup>a</sup> feira no período das 14,00h às 20h30h.



- Ao sábado no período das 14,00h às 20,30h.

Mais se informa que o vigilante deverá ter como funções:

- circular por todos os Espaços dos serviços da biblioteca municipal, com especial incidência nos diversos balcões dos serviços de atendimento público, de modo a identificar preventivamente potenciais focos de instabilidade entre os utilizadores e intervir em situações identificadas por si ou por algum técnico, sempre resultante de uma decisão acompanhada pelos técnicos de biblioteca que se encontram no atendimento público ou pelos técnicos superiores responsáveis pelo equipamento.
- controlar os acessos de utilizadores ao edifício e serviços, quando necessário e solicitado pelos técnicos superiores responsáveis pelo equipamento, ou alguém delegado por estes para o efeito.
- acompanhar os técnicos de cada um dos serviços de atendimento da biblioteca municipal na sua tarefa de aviso dos utilizadores presentes nos diversos espaços públicos (1º aviso 5mn antes da hora de encerramento; 2º aviso na hora do encerramento) de modo a garantirem que todos os utilizadores se encontram fora do edifício, no máximo até 5mn após a hora de encerramento.

#### Após o encerramento ao público

- percorrer todos os espaços de estar, salas de leitura, gabinetes, espaços de circulação, varandas do 2ª andar, salas de trabalho e WC (internos e públicos) desde a cave até ao 2º andar, de modo a garantir que: não se encontra nenhum utilizador externo nem interno no interior do edifício; que todas as luzes se encontram encerradas; que o contador de água se encontra fechado; que todas as portas de acesso ao exterior ficam fechadas à chave.
- a autorização de permanência no interior do edifício, fora do horário de funcionamento, está reservada aos técnicos superiores responsáveis pelo equipamento ou a quem estes indiquem com carácter pontual e excecional, mediante comunicação por escrito à empresa de vigilância.

Fornecer à empresa informação sobre ocorrências identificadas pelo vigilante, que integrem relatório periódico a entregar ao Município:

- potenciais e reais anomalias dos equipamentos que ponham em risco a segurança de pessoas e bens.
- potenciais e reais comportamentos de utilizadores internos e externos, que ponham em risco a segurança de pessoas e bens.

#### **G - Zona de Apoio de Praia concessionada no Parque Fluvial de Cinco Reis**

Serviço base:

- ✓ Diariamente das 23,00h às 6,00h.

Serviço de vigilância aos equipamentos que integram a concessão e que se localizam na zona do bar de apoio.

- ✓ A empresa deverá reportar em relatório semanal ou diário, se necessário, as ocorrências identificadas pelo vigilante:
  - Potenciais e reais anomalias dos equipamentos que ponham em risco a segurança de pessoas e bens;
  - Potenciais e reais comportamentos que ponham em risco a segurança de pessoas e bens.

#### **H - Centro de Arqueologia e Artes (considerar 11 meses de atividade/ano)**

Serviço base:

- ✓ De terça a sábado, das 10h às 13h e das 15h às 19h00.

Serviço de vigilância e receção ao equipamento e exposições patentes no mesmo, dando especial atenção às seguintes funções:

- ✓ Antes do encerramento diário do equipamento percorrer todos os espaços de estar e de circulação, salas de trabalho e WC (internos e públicos) em todos os pisos, de modo a garantir que não se encontra nenhum utilizador externo no interior do edifício, que todas as luzes se encontram encerradas e que todas as portas de acesso ao exterior fiquem fechadas à chave e o alarme ligado.

- ✓ Circular por todos os Espaços dos serviços do Centro de Arqueologia e Artes.
- ✓ A empresa deverá reportar em relatório semanal ou diário, se necessário, as ocorrências identificadas pelo vigilante:
  - Potenciais e reais anomalias dos equipamentos que ponham em risco a segurança de pessoas e bens.
  - Potenciais e reais comportamentos que ponham em risco a segurança de pessoas e bens.

**Considerar 2 vigilantes de atividade**

**I – Eventos**

Serviço de vigilância a eventos a realizar a partir de 13 outubro de 2025, em 2026 e até 12 de outubro de 2027, de acordo com o mapa a seguir apresentado.

EVENTOS	DIURNAS	NOTURNAS	TOTAL
Comemorações 25 Abril -2026/2027	150	350	500
Dia da Cidade 2026/2027	40	140	180
BEJA ROMANA 2026/2027	120	780	900
FIBD 2026/2027	200	400	600
FEIRA DO LIVRO 2025/2026	130	200	330
PALAVRAS ANDARILHAS 2027	20	80	100
FESTIVAL JOVEM 2026/2027	20	80	100
PATRIMONIOS DO SUL 2026/2027	920	1380	2300
NATAL 2025/2026	200	880	1080
PASSAGEM ANO 2025/2026	50	150	200
OUTROS EVENTOS (13 OUT 2025 a 12 OUT 2027)	100	200	300
Total Eventos	<b>1950</b>	<b>4640</b>	<b>6590</b>



As horas indicadas neste quadro serão convertidas em efetivos de acordo com a programação e o horário que venha ser estabelecido para cada evento.

**J – Residência de estudantes – Palácio dos Maldonados**

- Horário: 20h às 08:00h, 2.ª a 5.ª, exceto o mês de Agosto
- Horário: 18:00h às 20:00, Sexta-feira, exceto o mês de agosto

O vigilante terá como função fazer vigilância a todo o espaço da residência no período noturno, zelando pela segurança dos espaços e dos alunos, não permitindo a sua entrada e/ou saídas sem autorização prévia. Qualquer situação fora da normalidade deverá ser comunicada por escrito.

Não será necessária vigilância no mês de agosto, salvo indicações em contrário, nem nos dias festivos.

**K – Escola Básica de Santa Maria**

- Horário: 08:00h-17:00h, exceto Sábado, Domingo e Mês de Agosto

O vigilante terá como função fazer vigilância a todo o espaço da escola Básica no período diurno zelando pela segurança dos espaços e dos alunos, não permitindo a sua entrada e/ou saídas sem autorização prévia.

Qualquer situação fora da normalidade deverá ser comunicada por escrito.

Não será necessária vigilância no mês de agosto, nem nos dias festivos.

**L - Antiga Escola nº 5 – Rua de Angola nº 5**

- ✓ 1 Vigilante para o Serviço de ação Social, Segunda a Sexta feira das 08:30 às 18:30, (excluindo feriados e pontes oficiais).
- ✓ 1 Vigilante para o Edifício Administrativo com inclusão do Balcão Único e Tesouraria, Segunda a sexta-feira das 08:30 às 18:30, (excluindo feriados e pontes oficiais).

Mais se informa que o vigilante deverá ter como funções:

- Circular por todos os Espaços dos serviços do edifício, com especial incidência nos diversos balcões dos serviços de atendimento público.



- Supervisionar o encerramento de cada um dos serviços abertos de atendimento público, sempre em colaboração e de acordo com as indicações dos técnicos de cada um dos serviços da DAU e DDIS.
- Após o encerramento ao público, percorrer todos os espaços de estar e de circulação, salas de trabalho e WC (internos e públicos), de modo a garantir que não se encontra nenhum utilizador externo no interior do edifício, que todas as luzes se encontram encerradas e que todas as portas de acesso ao exterior ficam fechadas à chave.
- Controlar os acessos de utilizadores ao edifício e serviços, quando necessário e solicitado pelos serviços do Município.
- A empresa deverá reportar em relatório semanal as ocorrências identificadas pelo vigilante:
  - Potenciais e reais anomalias dos equipamentos que ponham em risco a segurança de pessoas e bens.
  - Potenciais e reais comportamentos que ponham em risco a segurança de pessoas e bens.

## **M – Mercado Municipal**

Serviço base:

- De 2ª feira a sábado 19h/dia, das 05h00 às 24h00.
- Eventual ajustamento do horário no horário de Verão (julho e agosto).

Mais se informa que o vigilante deverá ter como funções:

- Circular por todos os Espaços do Mercado Municipal, de modo a identificar preventivamente potenciais focos de instabilidade entre os utilizadores e intervir em situações identificadas por si ou por algum dos técnicos do Mercado Municipal.
- Supervisionar o encerramento do mercado, em colaboração e de acordo com as indicações dos técnicos do mercado municipal.
- Após o encerramento ao público, percorrer todos os espaços de estar e de circulação e instalações sanitárias, de modo a garantir que não se encontra nenhum utilizador externo no interior do edifício, que todas as luzes se encontram encerradas, que o contador de água se encontra fechado e que todas as portas de acesso ao exterior ficam fechadas à chave.
- Controlar os acessos de utilizadores ao edifício, quando necessário e solicitado pelos serviços do Município.

- A empresa deverá reportar em relatório semanal as ocorrências identificadas pelo vigilante:
  - Potenciais e reais anomalias dos equipamentos que ponham em risco a segurança de pessoas e bens.
  - Potenciais e reais comportamentos que ponham em risco a segurança de pessoas e bens.

As horas indicadas neste quadro serão convertidas em efetivos de acordo com a programação e o horário que venha ser estabelecido para cada evento.

#### **N – Jardim Publico**

Horários a praticar todos os dias do ano:

- 8H às 17H nos meses de janeiro, fevereiro, novembro e dezembro;
- 8H às 18H nos meses de março, abril e outubro;
- 8H às 20H nos meses de maio, junho, julho, agosto e setembro.
- meses de julho e agosto às 5F das 8H às 00H.

#### **O - Outros**

##### ✓ **C.1 - Parque de Materiais**

Apresentar preço para a possível contratação de 140 dias de serviço de 6 horas cada, em dias úteis, para colmatar os dias de falta dos trabalhadores da portaria em gozo de férias ou outras faltas, o que corresponde um máximo de 840 horas.

##### ✓ **D.1 - Parque de Campismo**

Apresentar preço para a possível contratação de 45 dias por ano, das 8h às 20h, 1 segurança adicional permanente a contratar só se necessário, a que corresponde um máximo de 1080 horas.

##### ✓ **E.1- Parques Estacionamento Subterrâneos da Avenida Miguel Fernandes e Casa da Cultura**

Apresentar preço hora para eventuais necessidades de segurança adicional permanente a contratar só se necessário, a que corresponde um máximo de 1204 horas:

- 7 Dias úteis (anuais) das 8,00h-20,00h.

- 7 Dias feriados (anuais) das 8,00h-20,00h.
  - 7 Dias sábados (anuais) das 15,00h- 20,00h.
  - 7 Dias úteis (anuais) das 20,00h-8,00h (20:00h às 24:00h e 0:00h às 8:00h).
  - 7 Dias feriados (anuais) das 20,00h-8,00h (20:00h às 24:00h e 0:00h às 8:00h).
  - 7 Dias sábados (anuais) das 15,00h- 24,00h.
  - 7 Dias sábados (anuais) das 0,00h- 24,00h.
- ✓ **J.1 – Residência de estudantes – Palácio dos Maldonados**
- Apresentar preço hora para eventuais necessidades de segurança adicional permanente a contratar só se necessário, durante o mês de agosto de 2026 e 2027, para um máximo de 20 dias a 12,5h/dia, a que corresponde um máximo de 500 horas.
- ✓ **L.1 – Antiga Escola nº 5 – Rua de Angola nº 5**
- Apresentar preço para a possível contratação de 10 dias por ano, das 8h30 às 18h30, 1 segurança adicional permanente a contratar só se necessário, a que corresponde um máximo de 200 horas.

#### Condições especiais:

- ✓ Mais se informa, que costuma o município atribuir 8 tolerâncias de ponto durante o prazo de execução do contrato, nomeadamente:
  - 1 Dia no Carnaval.
  - 1 Dia (Segunda-feira a seguir à Páscoa).
  - 1 Dia no Natal.
  - 1 Dia no Ano Novo.
- ✓ Os concorrentes adjudicatários obrigar-se-ão a manter os trabalhadores existentes, atualmente, nos respetivos postos de trabalho de vigilância se for essa a vontade do Município de Beja.
- ✓ O Município de Beja, reserva-se no direito de alterar os locais de prestação de serviços.
- ✓ Os concorrentes garantirão a vigilância e segurança de outros locais, que o Município de Beja venha a considerar necessários, constituindo contrato adicional nos termos do Código da Contratação Pública.
- ✓ O Vigilante deverá antes de sair verificar se os locais de vigilância se encontram vazios e as instalações devidamente fechadas.



Beja, 06 de junho de 2025